

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.439.910 - SC  
(2019/0033865-9)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**EMBARGANTE : RUBIA LUIZA KINDERMANN**  
**ADVOGADOS : ALESSANDRO SILVERIO - PR027158**  
**BRUNO AUGUSTO GONÇALVES VIANNA - PR031246**  
**SYLVIO LOURENÇO DA SILVEIRA FILHO - PR056109**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. MERA REDISCUSSÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Deve o juiz formar livremente seu convencimento, expondo os motivos que o conduziram à decisão, de forma clara e lógica, inexistindo obrigatoriedade de rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pela parte em defesa das teses, sobretudo se enfrentada a demanda e observadas as questões relevantes e imprescindíveis à resolução, tal qual realizado no presente caso.
2. Apenas se admitem embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o art. 619 do CPP.
3. Devidamente fundamentado o acórdão embargado, não se prestam os embargos de declaração à rediscussão do aresto recorrido quando revelado mero inconformismo com o resultado do julgamento.
4. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator